

**ALÉM DO DIPLOMA: ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS COMO
INSTRUMENTO DE EQUIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRAS**

***BEYOND THE DEGREE: ALUMNI TRACKING AS AN EQUITY TOOL IN BRAZILIAN
HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS***

Isabel de Sá Affonso da Costa¹, Pedro Henrique Fonseca Pereira²

¹Professora do PPGA, Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). 2. Aluno doutorado (UNIGRANRIO). E-mail do autor correspondente: pedro009@gmail.com

Eixo Temático: Eixo 05, Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RESUMO

A expansão do ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas ampliou o acesso à graduação, mas não é evidente que essa ampliação tenha produzido equidade equivalente nos destinos profissionais dos egressos. Esta revisão de literatura teve como objetivo examinar o que a produção acadêmica e os levantamentos estatísticos oficiais mostram sobre a distribuição desigual do retorno educacional no Brasil, e discutir o acompanhamento de egressos como instrumento de gestão capaz de tornar essa desigualdade visível às instituições de ensino superior. Trata-se de revisão narrativa, reunindo estudos da economia da educação, da sociologia da estratificação, estudos brasileiros sobre segregação ocupacional por raça e gênero, e levantamentos estatísticos oficiais recentes. Os resultados indicam que a expansão do acesso se concentrou em modalidades e graus associados a perfil socioeconômico mais baixo, que o retorno médio da graduação está em queda relativa, e que a desigualdade de retorno por raça e gênero persiste mesmo entre graduados, associada a mecanismos de segregação por campo de formação e ocupação, não apenas a diferenças de escolaridade. Poucas instituições, no entanto, medem sistematicamente essa desigualdade entre seus próprios egressos. Conclui-se que o acompanhamento de egressos desagregado por raça, gênero e origem social é instrumento de gestão ainda subutilizado pelas instituições de ensino superior brasileiras, com potencial de alinhar a expansão do acesso aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à educação de qualidade e à redução das desigualdades.

Palavras-chave: Gestão de Instituições de Ensino Superior. Equidade Educacional. Egressos. Desigualdade Social. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The expansion of Brazilian higher education over the past two decades has broadened access to undergraduate degrees, but it is not clear that this expansion has produced equivalent equity in

graduates' professional outcomes. This literature review aimed to examine what academic research and official statistical surveys show about the unequal distribution of educational returns in Brazil, and to discuss alumni tracking as a management tool capable of making this inequality visible to higher education institutions. This is a narrative review, bringing together studies from the economics of education, the sociology of educational stratification, Brazilian studies on occupational segregation by race and gender, and recent official statistical surveys. The results indicate that access expansion has been concentrated in modalities and degree types associated with lower socioeconomic profiles, that the average return on undergraduate education is in relative decline, and that the return gap by race and gender persists even among graduates, associated with mechanisms of segregation by field of study and occupation, not schooling differences alone. Few institutions, however, systematically measure this inequality among their own graduates. It is concluded that disaggregated alumni tracking by race, gender, and social background is a management tool still underused by Brazilian higher education institutions, with the potential to align access expansion with the Sustainable Development Goals related to quality education and reduced inequalities.

Keywords: Higher Education Management. Educational Equity. Alumni. Social Inequality. Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior brasileiras sustentam parte de sua expansão recente em uma promessa difundida: a de que o diploma amplia renda, empregabilidade e mobilidade social. Em 2024, o Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), registrou pela primeira vez mais de dez milhões de matrículas de graduação no país¹. O mesmo censo trouxe outra novidade: as matrículas em educação a distância ultrapassaram as presenciais, e o tecnólogo foi o grau que mais cresceu na última década¹.

Enquanto isso, o valor relativo desse diploma vem se movendo. O FGV IBRE mostra que o diferencial salarial entre quem tem ensino superior completo e quem tem apenas ensino médio caiu de 152% em 2012 para 126% em 2024, ainda alto, mas em queda². Já o IBGE mostra outra face do problema: entre diretores e gerentes, ocupação que concentra os trabalhadores mais escolarizados, pessoas brancas ganham em média 44,6% a mais do que pretas ou pardas, e homens ganham 27,2% a mais do que mulheres³. O retorno médio da educação superior, portanto, é positivo, mas está longe de ser distribuído igualmente entre quem o recebe.

Curiosamente, são as próprias instituições de ensino superior que menos costumam medir essa desigualdade. Seu discurso de empregabilidade tende a se apoiar em indicadores agregados de acesso, permanência e conclusão, quase nunca acompanhando o que acontece com o egresso depois da formatura, e muito menos como isso varia entre diferentes perfis de estudantes. É essa lacuna que a presente revisão busca examinar: o que a literatura já sabe sobre a desigualdade de retorno educacional no Brasil, e até que ponto essa evidência justifica tratar o acompanhamento de egressos como instrumento de gestão, e não apenas como exigência formal de avaliação institucional.

O objetivo deste trabalho é revisar a literatura da economia da educação e da sociologia da estratificação educacional, em conjunto com levantamentos estatísticos oficiais recentes, para discutir o acompanhamento de egressos como instrumento de gestão orientado à equidade nas instituições de ensino superior brasileiras, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à educação de qualidade e à redução das desigualdades.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura de caráter narrativo. A pergunta que a orientou foi simples: o que a evidência disponível sobre retorno educacional no Brasil indica quanto à necessidade de as instituições de ensino superior acompanharem, de forma desagregada, os destinos de seus egressos? Foram reunidos estudos de referência da economia da educação e da sociologia da estratificação, estudos brasileiros sobre segregação ocupacional por raça e gênero, e levantamentos estatísticos oficiais recentes (2024-2025) do INEP, IBGE, FGV IBRE e IPEA, selecionados por relevância e centralidade em suas literaturas, não por um protocolo sistemático de busca em bases indexadas. Por isso o trabalho é apresentado como revisão narrativa, e não sistemática ou integrativa.

RESULTADOS

Expansão do acesso e novo perfil da graduação. Em 2024, o sistema de ensino superior brasileiro atingiu 10.227.266 matrículas de graduação, crescimento de 30,5% na década, com 79,8% concentradas em instituições privadas¹. O Censo 2024 marca duas inversões: as matrículas em educação a distância superaram, pela primeira vez, as presenciais (50,7% do total), e os cursos de tecnólogo, associados a um perfil socioeconômico mais baixo, foram o grau que mais cresceu na década, 99,5% entre 2014 e 2024¹.

Evidências de retorno desigual à educação. Desde Schultz⁴ e Becker⁵, a teoria do capital humano documenta um retorno médio positivo da educação sobre a renda. Esse retorno, porém, não cresce de forma linear: Soares e Gonzaga⁶ mostram que ele se acentua para quem já tem

mais anos de estudo, e Tavares e Menezes Filho⁷ encontram associação positiva entre retorno educacional e desigualdade salarial no país. No plano mais recente, o FGV IBRE mostra esse retorno em queda relativa, embora ainda elevado². Um levantamento jornalístico, sem revisão por pares localizada, sugere ainda um possível prêmio maior para quem concluiu pós-graduação, tratado aqui como indício, não como evidência consolidada⁸. Colombo⁹ ajuda a qualificar essa leitura: o prêmio salarial do doutorado é pequeno no setor educacional, e a sobre-educação atinge parcela expressiva dos doutores empregados.

Desigualdade racial e de gênero entre egressos do ensino superior. Essa defasagem não se explica só por diferenças de escolaridade: ela persiste mesmo quando se compara graduados entre si. O IBGE mostra que, entre diretores e gerentes, categoria que concentra os trabalhadores mais escolarizados, pessoas brancas recebem 44,6% a mais do que pretas ou pardas, e homens recebem 27,2% a mais do que mulheres, com mulheres negras acumulando as duas desvantagens³. Um estudo que compara Brasil e Estados Unidos ajuda a entender por quê: entre graduados, a distribuição desigual entre campos de formação explica mais da desigualdade racial no Brasil do que nos Estados Unidos, um padrão que os autores chamam de fechamento social¹⁰. Estudos brasileiros sobre segregação ocupacional confirmam que parte dessa desigualdade está ligada à concentração de gênero e raça em ocupações distintas, mesmo entre formados no ensino superior¹¹, e que os diferenciais variam ao longo da distribuição de renda, sem se reduzir a um coeficiente médio¹².

A sociologia da estratificação ajuda a explicar por quê: para Bourdieu^{13, 14}, a educação converte em credencial parte do capital cultural e social já acumulado na trajetória familiar, e a inflação de títulos¹⁵ mostra que, quando um nível educacional se generaliza, seu valor relativo no mercado de posições tende a cair, favorecendo quem já dispõe de mais desses recursos para se reposicionar.

Lacunas no acompanhamento institucional de egressos. Todo esse conjunto de evidências é produzido majoritariamente por pesquisadores externos às instituições de ensino superior. Não encontramos, na literatura consultada, acompanhamento publicado por instituições brasileiras que desagregue sistematicamente o retorno de seus próprios egressos por raça, gênero, origem social e modalidade de ingresso. Essa lacuna sugere que o discurso institucional de empregabilidade, apoiado sobretudo em indicadores de acesso e conclusão, ainda carece do nível de desagregação necessário para saber se a expansão do acesso está de fato virando mais equidade de destinos.

CONCLUSÃO

A literatura revisada mostra que o retorno médio positivo da educação superior brasileira convive com desigualdade substancial por raça, gênero e origem social, mesmo nos patamares mais altos de qualificação e posição ocupacional. A contribuição central desta revisão é reunir essa evidência, produzida em dois campos que raramente dialogam entre si, para defender que o acompanhamento de egressos desagregado é instrumento de gestão ainda subutilizado pelas instituições de ensino superior brasileiras, com potencial de alinhar suas estratégias de permanência e carreira aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ligados à educação de qualidade e à redução das desigualdades¹⁶.

Na prática, isso significa incorporar aos sistemas de acompanhamento de egressos indicadores desagregados por raça, gênero, origem social e modalidade de ingresso, não só indicadores agregados de empregabilidade. Como próximo passo, valeria testar sistematicamente se programas de apoio ao egresso reduzem essa desigualdade de destinos, ou apenas a reproduzem sob outra forma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2024: notas estatísticas. Brasília: Inep; 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 25 ago. 2026.
2. Feijó J, Veloso F, Barbosa Filho F de H, Peruchetti P. Diferencial salarial do ensino superior cai no Brasil, mas nível ainda é elevado e recompensador. Conjuntura Econômica. 2024;78(10). Carta do IBRE, FGV IBRE. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/temas/diferencial-salarial-do-ensino-superior-cai-no-brasil-mas-nivel>. Acesso em: 25 ago. 2026.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2024. Rio de Janeiro: IBGE; 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-porcor-ou-raca.html>. Acesso em: 25 ago. 2026.
4. Schultz TW. Investment in human capital. American Economic Review. 1961;51(1):1-17.
5. Becker GS. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Cambridge (MA): National Bureau of Economic Research; 1964.
6. Soares RR, Gonzaga G. Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não linearidade no retorno à educação? Revista de Econometria. 1999;19(2):377-404.

7. Tavares PA, Menezes Filho NA. A relação entre os retornos à educação e a desigualdade de salários no Brasil entre 1981 e 2006. *Estudos Econômicos*. 2008.
8. Menezes Filho NA. [Entrevista sobre rendimento médio por nível educacional no Brasil]. *O Globo*. 2025 jun. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/salario-de-quem-tem-pos-e-quase-dobro-do-ganho-de-quem-so-tem-graduacao-diz-pesquisa/>. Acesso em: 25 ago. 2026.
9. Colombo DG. O emprego e a sobre-educação de doutores no setor privado brasileiro no período 2010-2021. Brasília: Ipea; 2024. (Texto para Discussão n. 3054). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16156>. Acesso em: 25 ago. 2026.
10. Silva GM, Leão LS, Eller CC. Similar gaps, different paths? Comparing racial inequalities among BA holders in Brazil and the United States. *International Journal of Comparative Sociology*. 2021;62(5):359-84. Disponível em: <https://ppgsa.ifcs.ufrj.br/assets/778f066447ccfdaa9ed185189ab88701/4f447a417f47518b58e29c574b3c23f3.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2026.
11. Silveira LS, Siqueira NL. Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários. *Revista Brasileira de Estudos de População*. 2021;38:e0151. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZbQKBWxQ3BwHbg6KNYCb3y/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2026.
12. Maciel FT. Occupational segregation and wage differentials by gender and race in Brazil: evidence from a quantile decomposition. *International Journal of Manpower*. 2020;42(5):810-41. Disponível em: <https://www.emerald.com/ijm/article-abstract/42/5/810/139084/Occupational-segregation-and-wage-differentials-by>. Acesso em: 25 ago. 2026.
13. Bourdieu P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit; 1979.
14. Bourdieu P. The forms of capital. In: Richardson JG, editor. *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press; 1986. p. 241-58.
15. Bourdieu P, Boltanski L. Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 1975;1(2):95-107.
16. Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU; 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2026.